

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – COMDEPI
CNPJ: 06.526.636/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2005
(em reais)

	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO			Em Reais
	CAPITAL SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	ADIANT. P/ AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2003	933.261	404.132	0	1.337.393
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(111.658)	0	(111.658)
Prejuízo do Exercício	0	(18.154)	0	(18.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	933.261	274.320	0	1.207.581
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(5.927)	0	(5.927)
Prejuízo do Exercício	0	(1.361.304)	0	(1.361.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	933.261	(1.092.911)	0	(159.650)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - COMDEPI
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - COMDEPI, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista de capital autorizado, constituída nos termos da Lei Estadual nº 3.118, de 28 de novembro de 1971, tendo os seguintes objetivos:

- a) A execução da política governamental de apoio às atividades produtivas do Estado, através da promoção de investimentos públicos ou privados nos diversos setores da economia;
- b) Pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minérios;
- c) Construção, instalação e exploração de usinas de beneficiamento e industrialização de matérias-primas;
- d) Elaboração de projetos, colaboração técnica, participação acionária ou financiamento a empreendimentos para o desenvolvimento do Estado;
- e) Prestação de serviços que, pela natureza, possam contribuir para o melhor aproveitamento e rentabilidade da Companhia ou que seja de interesse para a economia do Estado;
- f) Administração, direta ou indiretamente, das terras do Estado que fazem parte ou deverão ser incorporadas ao patrimônio da Companhia;
- g) Responsável pela administração e concessão do Porto de Luís Correia;
- h) Responsável pela administração da Zona de Processamento de Exportação, criada pelo Decreto-Lei n.º 2.452, de 29 de julho de 1988.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A partir de 01 de janeiro de 1996 não mais é previsto o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios.

b) Aplicações Financeiras

São investimentos temporários de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição que não excede aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

d) Impostos e Taxas

Os impostos e taxas são calculados de acordo com a Legislação Fiscal vigente. O regime de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social é com base no Lucro Real.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos, ressaltando-se que no ano-calendário de 2005 não houve o reconhecimento da despesa de depreciação.

f) Fornecedores e Empreiteiros

Estão registrados pelo valor das faturas originais, acrescidas pelos encargos financeiros previstos contratualmente.

g) Recursos Destinados para Aumento de Capital

Os recursos recebidos com expressa condição de serem aplicados em integralização de futuro aumento de capital social, foram classificados no exercício de 2005 no passivo exigível a longo prazo.

4. CAIXA E BANCOS

Os saldos das contas caixa e bancos seguem demonstrados a seguir:

Em Reais		
CAIXA E BANCOS	2005	2004
Caixa Geral	22.669	13.764
Bancos Conta Movimento	40.593	23.314
TOTAL	63.262	37.078

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se basicamente a recursos aplicados, provenientes de convênios celebrados. Estes instrumentos contêm cláusulas específicas determinando a forma de aplicação dos recursos. Os convênios foram celebrados com o Governo do Estado ou com sua interveniência. A composição dos saldos é a seguinte

Em Reais		
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2005	2004
Banco do Brasil Gov Est Bar. Algodões C/C 5085	263	12.296
Banco do Brasil C/C 10715-8 Marruá	536	10.561.080
CEF C/C 4021-9 B. TINGUINS	5.431.084	0
BANCO DO BRASIL C/C 5995-1 POÇO MARRUÁ	3.735.667	0
Outros	27	153
TOTAL	9.167.577	10.573.529

6. APLICAÇÕES DE CONVÊNIOS

Refere-se a gastos efetuados em obras decorrentes de convênios celebrados. Estes gastos são deduzidos de receitas de aplicações de recursos liberados de cada convênio. Os saldos estão assim apresentados:

Em Reais		
APLICAÇÕES DE CONVÊNIOS	2005	2004
Barragem Tinguins C/C 10502-3	14.621.366	14.608.524
Pedra Redonda C/C 10047-9	12.017.587	12.017.583
Pedra Redonda C/C 10060-9	0	12.380.150
Barragem Algodão II C/C 1112-3	1.999.998	1.999.998
Poço Marruá C/C 10715-8	48.381.133	37.847.029
Algodões II C/C 15591-8	10.780.311	10.780.311
Comd. DNOCS. Redonda C/C 16149-7	0	1.900.828
Uruçuí Preto C/C 15691-4	964.060	964.060
Bom Preço C/C 252716-0	42.620	42.620
Cond. Conv. C/C 17484-X	9.849	9.849
Barragem Atalaia C/C 16390-2	120.320	120.320
Barragem V. Grande C/C 16317-1	122.416	122.416
Barragem Angico C/C 16389-9	131.726	131.726
Barragem Algodões C/C 5085	5.250.652	5.238.584
CEF C/C 1423-8	1.113.645	1.012.391
B.B. C/C 5995-1 poço Marruá	3.364.333	0
TOTAL	98.920.016	99.176.389

7. IMOBILIZADO

O saldo apresenta-se da seguinte forma: